



Relatório Trimestral

1º TRIMESTRE 2024

Valores acumulados

PAO 2024-2026

Índice

Sumário Executivo	2
1. Atividade Operacional.....	3
1.1. Procura	3
1.2. Oferta	3
1.3. Receitas	4
2. Gestão Económica e Financeira	5
2.1. Análise de Balanço	5
2.2. Síntese de Resultados	8
2.3. Fluxos de Caixa	9
2.4. Modelo de Financiamento	10
2.5. <i>Stock</i> da Dívida	10
3. Cumprimento das Orientações Legais	11
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	11
3.2. Frota Automóvel	11
3.3. Prazo Médio de Pagamentos	12
3.4. Evolução do Efetivo	12
3.5. Limites de Endividamento Bancário	12
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	13
4. Plano de Investimento	14
5. Resumo	15
6. Demonstrações Financeiras.....	16
6.1. Balanço.....	16
6.2. Demonstração de Resultados	17

Sumário Executivo

O presente relatório analisa a execução orçamental até ao final do 1.º trimestre de 2024, apresentando uma comparação com o orçamento para o mesmo período e com o período homólogo.

No mês de julho de 2024 foi submetido em SIRIEF uma nova proposta do PAO 2024 do ML por forma a dar resposta às orientações específicas para a preparação dos IPG transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto de 2023. Este documento foi aprovado a 03 de setembro de 2024 por Despacho Conjunto da Tutela Financeira e Sectorial, SETF e SEMOB, respetivamente.

Procura:

O número de passageiros com título pago regista, em acumulado, um decréscimo de 3,80 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação negativa de 10,3% face ao período homólogo em 2023, com os utilizadores de passe a registar uma redução de 3,4 milhões de passageiros (-11,5%) e os passageiros com títulos ocasionais com menos 402 mil passageiros (-5,4%). Esta variação negativa é compensada com a utilização do passe navegante 4_18 e sub23, que no período homólogo era um título pago, e que a partir de 1 de janeiro de 2024 passou a ser gratuito, de acordo com a aprovação do Orçamento de estado para o referido período e transposto para a Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro. Para estes utilizadores foi obtido um registo de aproximadamente 4,9 milhões de passageiros no 1.º trimestre.

Oferta:

Registou-se uma diminuição de 0,8% na quantidade de lugares x km (-7,47 milhões) no 1.º trimestre de 2024 em relação ao 1.º trimestre de 2023, ficando abaixo da estimativa em 3,6% (-35,04 milhões). Esta variação, apesar de residual, é justificada essencialmente por interrupções na circulação de comboios causada por fatores não controláveis pela empresa, nomeadamente, falha de energia na linha verde e avaria de um comboio entre as estações Rato e Lumiar, em 27 de fevereiro e 22 de março de 2024, respetivamente.

No que diz respeito ao número de comboios por quilómetro, este indicador apresentou um crescimento de 0,3% (+4.269) em relação ao 1.º trimestre de 2023 e apresenta um desvio negativo de 6,2% (-84.245) face à estimativa para o 1.º trimestre de 2024.

Receita:

Verifica-se uma redução significativa das receitas tarifárias em relação ao ano anterior. No 1º trimestre de 2024, as receitas foram de 20,92 milhões de euros, o que representa uma variação negativa de 19,5% em comparação com o 1º trimestre de 2023, que registou receitas de 26,00 milhões de euros. Esta variação está igualmente relacionada, como referido anteriormente, com a gratuitidade do passe navegante 4_18 e sub23, sendo compensada pelo aumento das participações tarifárias e pagamentos por conta (ex-PART), de acordo com o novo Regulamento n.º 1362-C/2023, que procede à 6.ª alteração ao Regulamento n.º 278-A/2019, sobre a metodologia de repartição de receitas dos passes Navegante.

O valor registado no 1º trimestre de 2024, relativo às compensações tarifárias e Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, foi de 8,89 milhões de euros, representando um acréscimo de 9,66 milhões de euros em relação ao valor do ano anterior, que foi de -777 mil euros, valor negativo justificável pela regularização da receita efetuada posteriormente, no 4º trimestre de 2023.

Princípios financeiros de referência:

Os gastos operacionais corrigidos registaram -34,17 milhões de euros, face a um volume de negócios que atingiu os 32,26 milhões de euros, originando um rácio GO/VN = 106%, apresentando um *deficit* no valor de 1,91 milhões de euros. Comparativamente com o período homólogo de 2023, o valor do rácio foi mantido nos 106%, com um défice de 1,92 milhões de euros, registando-se assim uma melhoria de 7 mil euros no resultado acumulado entre VN-Gastos operacionais (GO) corrigidos, conforme se poderá verificar no *Quadro 11 - Plano de Redução de Custos*.

No relativo aos gastos com pessoal, verifica-se um acréscimo de 2,2 milhões de euros (+9,65%), face a 2023.

1. Atividade Operacional

1.1. Procura

Quadro 1 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	33 209 218	37 008 661	37 259 434	-3 799 443	-10,3%	-4 050 216	-10,9%
Passageiros x km	221 705 390	222 607 813	199 689 385	-902 423	-0,4%	22 016 005	11,0%

Fonte: DCL/DMS 020/1791478 (CIDS) | PAO 2024-2026 (DFI)

Os indicadores de procura apresentam uma redução generalizada, tanto na comparação com o período homólogo, como em relação à previsão do PAO.

O número de passageiros com título pago regista, em acumulado, um decréscimo de 3,8 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação de -10,3%, com os utilizadores de passe a contribuir com -3,4 milhões de passageiros (-11,5,%) e os passageiros com títulos ocasionais com -402 mil passageiros (-5,38%). Esta variação encontra-se justificada na página anterior.

Comparativamente com o previsto no PAO regista-se um desvio negativo de 10,9%, menos 4,1 milhões de passageiros. Destes, -2,9 milhões são passageiros com passe (-10,0%) e -1,1 milhões são passageiros com títulos ocasionais (-14,0%). Ressalva-se que na estimativa de dados de procura e receita não foi possível ao ML considerar nos pressupostos os impactos decorrentes da alteração de repartição de receitas dos passes Navegante, de acordo com a aplicação do novo Regulamento n.º 1362-C/2023, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024.

Observa-se uma diminuição de cerca de 0,4% no número de passageiros por quilómetro percorrido entre o 1º trimestre de 2024 e o 1º trimestre de 2023. Contudo, comparando com a estimativa para o mesmo período, observa-se um desvio positivo de 11,0%.

1.2. Oferta

Quadro 2 – Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	7 289 133	7 347 520	7 562 911	-58 388	-0,8%	-273 778	-3,6%
Lugares x km	933 009 013	940 482 620	968 052 608	-7 473 607	-0,8%	-35 043 595	-3,6%
Comboios x km	1 279 407	1 275 137	1 363 652	4 269	0,3%	-84 245	-6,2%

Fonte: DOP/DMS 020/1791478 (CIDS) | PAO 2024-2026 (DFI)

Os dados mostram que houve uma diminuição de 0,8% na quantidade de lugares x km no 1.º trimestre de 2024 em relação ao primeiro trimestre de 2023, ficando abaixo do valor estimado em 3,6%. Considera-se que esta variação é residual, sendo a mesma justificada por fatores não controláveis pela empresa conforme exposto na página anterior.

Comparando os valores reais com os estimados e com os do mesmo período do ano anterior, o número de comboios por quilómetro aumentou 0,3% (+4.269) em relação ao primeiro trimestre de 2023 e ficou 6,2% (-84.245) abaixo da estimativa para o primeiro trimestre de 2024.

1.3. Receitas

Quadro 3 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias ¹	20 917 709 €	25 997 873 €	27 026 545 €	-5 080 164	-19,5%	-6 108 836	-22,6%
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	109 532 €	931 384 €	931 384 €	-821 852	-88,2%	-821 852	-88,2%
Compensações financeiras Antigo Combatente e Gratuidade CML	683 241 €	1 965 819 €	1 398 034 €	-1 282 577	-65,2%	-714 793	-51,1%
Pagamentos por conta (Ex-PART)	8 887 642 €	-776 676 €	1 216 841 €	9 664 319	-1244,3%	7 670 801	630,4%
Receitas tarifárias (inclui participações)	30 598 125 €	28 118 400 €	30 572 804 €	2 479 725	8,8%	25 320	0,1%
Receita média por passageiro	0,72 €	0,68 €	0,73 €	0,04 €	6,6%	-0,01 €	-1,5%

¹ Bilhetes e Passes

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Verifica-se uma redução significativa das receitas tarifárias em relação ao ano anterior. No 1º trimestre de 2024, as receitas foram de 20,92 milhões de euros o que representa uma redução de aproximadamente 19,5% em comparação com o 1º trimestre de 2023, que registou receitas de 26,00 milhões de euros. As receitas tarifárias do 1º trimestre de 2024 estão abaixo da estimativa, que era de 27,03 milhões de euros (-22,6%).

Conforme justificado anteriormente, a redução da receita tarifária conduziu a um aumento significativo nos pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, entre o 1º trimestre de 2024 e o 1º trimestre de 2023. O valor registado no 1º trimestre de 2024 foi de 8,89 milhões de euros, representando um aumento de aproximadamente 9,66 milhões de euros em relação ao valor do ano anterior, que foi de -777 mil de euros, valor negativo justificável pela regularização da receita efetuada posteriormente, no 4º trimestre de 2023.

O valor real do 1º trimestre de 2024, no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, ficou acima da estimativa para o mesmo período, que era de 1,22 milhões de euros, o que é justificado pela suborçamentação desta receita, uma vez que os pressupostos de estimativa considerarem ainda o anterior modelo de repartição tarifária, ex-PART.

No global, as receitas tarifárias do 1.º trimestre de 2024, incluindo participações, foram de 30,60 milhões euros, o que representa um aumento de 8,8% em relação ao 1.º trimestre de 2023, em que as receitas foram 28,12 milhões de euros. Face à estimativa, as receitas tiveram um desvio positivo de 25.320 euros (+0,1%).

A receita média por passageiro apresenta um acréscimo de 0,04€ face ao período homólogo. Quando comparado com o estimado no PAO, verifica-se um desvio negativo de 0,01€.

2. Gestão Económica e Financeira

2.1. Análise de Balanço

Quadro 4 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2023		Δ / PAO	
	1.º TRIM 2024	31.DEZ 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5 690 695 609 €	5 665 963 708 €	5 715 769 725 €	24 731 901 €	0,4%	-25 074 116 €	-0,4%
Ativo Corrente	226 975 216 €	237 231 182 €	227 338 317 €	-10 255 966 €	-4,3%	-363 101 €	-0,2%
Total do Ativo	5 917 670 825 €	5 903 194 890 €	5 943 108 042 €	14 475 935 €	0,2%	-25 437 217 €	-0,4%
Capital Próprio	1 941 658 615 €	1 947 318 717 €	1 977 137 952 €	-5 660 101 €	-0,3%	-35 479 337 €	-1,8%
Passivo não Corrente	1 489 309 101 €	1 491 906 306 €	1 492 086 901 €	-2 597 204 €	-0,2%	-2 777 800 €	-0,2%
Passivo Corrente	2 486 703 109 €	2 463 969 868 €	2 473 883 189 €	22 733 241 €	0,9%	12 819 920 €	0,5%
Capital Próprio e Passivo	5 917 670 825 €	5 903 194 890 €	5 943 108 042 €	14 475 935 €	0,2%	-25 437 217 €	-0,4%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Principais variações no Balanço ao 1.º trimestre, face a 31 de dezembro de 2023:

Ativo não Corrente

- ILD: +24,45 milhões de euros
 - ✓ Edifícios e outras construções ILD:
 - Ativo tangível ILD – Ed. Outras construções: 64 mil euros.
 - ✓ Equipamento básico ILD:
 - Ativo tangível ILD – Equipamento básico: 66 mil euros.
 - ✓ Investimentos em curso ILD: 11,85 milhões de euros.
 - ✓ Estado conta a receber: 13,65 milhões de euros, relacionado com os valores de juros de financiamento ILD, e as variações de justo valor (*swaps – MtM*).
 - ✓ Subsídios ao investimento ILD: -548 mil euros, valor de financiamento POSEUR para o projeto do Rato/Cais do Sodré recebido em janeiro.
 - ✓ Outros ativos financeiros ILD - potencialmente favoráveis-ILD: -628 mil euros.
- Ativos fixos tangíveis: +617 mil euros.
- Propriedades de investimento: -114 mil euros, de acordo com o reconhecimento de amortizações do período.
- Ativos intangíveis: -220 mil euros, amortizações do exercício.

Ativo Corrente

- Inventários: -156 mil euros;
- Clientes: +61 mil euros;
- Estado e outros entes públicos: +605 mil euros, essencialmente relativo a IVA a recuperar;
- Pessoal: -46 mil euros;
- Outras contas a receber: +4,38 milhões de euros, relacionado com acréscimo de receita (+2,38 M€), estimativa de compensações tarifárias e aluguer de espaços comerciais; aumento de dívida de outros clientes (+0,58 M€) relacionado com receitas não tarifárias, como *Fee* de personalização do passe navegante, rendas de imóveis e alugueres de espaços na estações e auditório do Alto dos Moinhos; valores a imputar a terceiros (+0,39 M€); e variação dos valores de reconciliação de vendas (+ 1,04 M€);
- Diferimentos: +945 mil euros;
 - ✓ Gastos a reconhecer - Seguro saúde, acidentes de trabalho, multirriscos entre outros;
- Caixa e Depósitos bancários: -16,05 milhões de euros.

Capital próprio

- Resultados transitados: - 24 milhões de euros;
- Ajustamentos/outras variações no capital próprio: -34 mil de euros (FEDER – subsídios ao investimento);
- Variação positiva no Resultado líquido do exercício: +18,37 milhões de euros.

Passivo não Corrente

- Investimentos de longa duração: -2,54 milhões de euros:
 - ✓ Outros instrumentos financeiros – potencialmente desfavoráveis – ILD, pela variação do justo valor dos instrumentos financeiros ILD;
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: -55 mil de euros:
 - ✓ Encargos pensões - Custo dos Juros: 1,78 milhões de euros;
 - ✓ Encargos pensões - Anulação de Benefícios Pagos: -2,71 milhões de euros;
 - ✓ Encargos pensões - Custo do Serviço Corrente: 874 mil euros.

Passivo Corrente

- Investimentos de longa duração: 9,97 milhões de euros
 - ✓ Fornecedores de investimento ILD: 1,26 milhões de euros;
 - ✓ Outras dívidas a pagar ILD: 8,70 milhões de euros
 - Acréscimo de gastos - juros a liquidar: 8,31 milhões de euros;
 - Recebimentos PRR Linha Vermelha: 387 mil euros.
- Fornecedores: 1,14 milhões de euros;
- Estado e outros entes públicos: 113,5 mil euros;
- Outras dívidas a pagar: 11,51 milhões de euros:
 - ✓ Pessoal: 323 mil euros;
 - ✓ Fornecedores de investimento: 7,57 milhões de euros;
 - ✓ Acréscimo de gastos, seguros, sub. Férias e Natal: 522 mil euros;
 - ✓ Juros DGTF: 227 mil euros;
 - ✓ Acréscimos de outros gastos, como serviços de limpeza, vigilância e segurança, energia, entre outros: 1,85 milhões de euros;
 - ✓ Valores a regularizar de Títulos de Transporte e Reconciliação de Venda: 993 mil euros.

Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 1.º Trimestre:**Ativo não Corrente**

- Investimento ILD: -24,01 milhões de euros, essencialmente por via do desvio na execução dos principais projetos em curso ML, como a Linha Vermelha - Prolongamento S.Sebastião / Alcântara, Modernização – Novo Sistema de Sinalização CBTC e Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores):
 - ✓ Investimento em *Edifícios e Outras Construções* – ILD: -91 mil euros;
 - ✓ Investimento em Equipamento básico: -1,61 milhões de euros;
 - ✓ Investimentos em curso: -19,89 milhões de euros, valores estimados em AFT;
 - ✓ Estado – Conta a Receber: -1,24 milhões de euros;
 - ✓ Estado - Subsídios - Gestão Infraestrutura: -548 mil euros;
 - ✓ Outros instrumentos financeiros potencialmente favoráveis: -628 mil euros.
- Ativos Fixos Tangíveis ML: -839 mil euros
 - ✓ Edifícios e Outras construções: +3,02 milhões de euros, por falta de estimativa na passagem de investimentos em curso para AFT;
 - ✓ Equipamento básico, equipamento administrativo e outros AFT: -2,38 milhões de euros;
 - ✓ Investimentos ML em curso: -1,47 milhões de euros, valores estimados em AFT.
- Ativos intangíveis: -227 mil euros;

Ativo Corrente

- Inventários: 15 mil euros;
- Clientes: 61 mil euros;
- Estado e outros entes públicos: -393 mil euros;
- Outros contas a receber: +4,34 milhões de euros
 - ✓ Pessoal: -46 mil euros;
 - ✓ Acréscimo de rendimentos (Cosp Tarifária – Ex-PART + Compensações tarifárias + Receita de espaços comerciais): 2,39 milhões de euros;
 - ✓ Devedores diversos: 1,99 milhões de euros, com especial destaque para os valores de reconciliação de vendas (+1,04 M€), receitas não tarifárias, como Fee de personalização do passe navegante, rendas de imóveis e alugueres de espaços na estações e auditório do Alto dos Moinhos (+0,58 M€), valores a imputar a terceiros (+0,39 M€).
- Diferimentos: 945 mil euros;
- Caixa e Depósitos bancários: -5,33 milhões de euros, relacionada por um lado, com o prazo médio de pagamentos ser inferior ao previsto, e por outro, pela 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao Programa do Sustentável 2030 ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, não tendo sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão, pelo que, os pagamentos deste projeto têm sido assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental.

Capital próprio

- Capital realizado: -14,78 milhões de euros, dado não ter existido no presente período quaisquer Dotações de Capital, conforme se encontrava previsto no PAO 2024, no valor de 6,4 M€ para serviço da dívida, e o remanescente para cobertura de défice de investimento;
- Outras variações no capital próprio: -18,85 milhões de euros:
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - FA - Modernização – investimento ML: -15,56 milhões de euros;
 - ✓ Out. Var. no CP - Subs. - Fundo de Coesão / PACS2030: -3,31 milhões de euros;
- Resultado líquido do período: -1,86 milhões de euros.

Passivo não Corrente

- ILD: -2,78 milhões de euros:
 - ✓ Financiamentos obtidos: - 912 mil euros, financiamento DGTF previsto para encargos com SWAP;
 - ✓ Instrumentos financeiros ILD - potencialmente desfavoráveis: -1,87 milhões de euros, devido à flutuação *MtM*.

Passivo Corrente

- ILD: +1,67 milhões de euros:
 - ✓ Fornecedores de investimento ILD: +1,29 milhões de euros, défice de estimativa nos valores em dívida;
 - ✓ Outras dívidas a pagar ILD: +374 mil euros, devido essencialmente a uma menor execução dos projetos financiados pelo PRR.
- Fornecedores: +1,01 milhões de euros;
- Estado e outros entes públicos: 113 mil euros;
- Financiamentos obtidos: -1,48 milhões de euros, valor de suprimentos para cobertura de défice operacional que não ocorreram;
- Outras dívidas a Pagar: +11,51 milhões de euros, justificado essencialmente por:
 - ✓ Fornecedores de investimento: +7,57 milhões de euros;
 - ✓ Pessoal: +323 mil euros;
 - ✓ Acréscimo de gastos:
 - Pessoal (seguros, sub. Férias e Natal): +522 mil euros
 - Juros DGTF: +227 mil euros
 - Valores a regularizar de Títulos de Transporte e Reconciliação de Venda: 993 mil euros;
 - Serviços de limpeza, vigilância e segurança, energia, entre outros: 1,85 milhões de euros.

2.2. Síntese de Resultados

Quadro 5 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais (corrigidos) *	32 502 416 €	30 979 194 €	32 674 452 €	1 523 223	4,9%	-172 035	-0,5%
Vendas e serviços prestados	32 259 273 €	29 928 521 €	32 476 047 €	2 330 752	7,8%	-216 774	-0,7%
Subsídios à exploração	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Outros rendimentos e ganhos *	243 144 €	1 050 673 €	198 404 €	-807 530	-76,9%	44 739	22,5%
Gastos Operacionais (corrigidos)**	-34 575 577 €	-32 170 013 €	-34 575 577 €	-2 405 564	7,5%	0	0,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-819 050 €	-705 575 €	-819 050 €	-113 475	16,1%	0	0,0%
Fornecimentos e serviços externos	-8 796 437 €	-8 746 395 €	-8 796 437 €	-50 042	0,6%	0	0,0%
Gastos com o pessoal	-24 553 422 €	-22 393 407 €	-24 553 422 €	-2 160 014	9,6%	0	0,0%
Outros gastos e perdas **	-406 668 €	-324 635 €	-406 668 €	-82 033	25,3%	0	0,0%
EBITDA (corrigido)	-2 073 160 €	-1 190 819 €	-1 901 125 €	-882 341	74,1%	-172 035	9,0%

* Excluindo rubricas non-cash (Ganhos em Participadas / TPE / Imparidades / Provisões (reversões) / Ganhos de Justo Valor / Subsídios ao Investimento / Ganhos Cambiais / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)

** Excluindo rubricas non-cash (Perdas em Participadas / Imparidades / Provisões / Redução de Justo Valor / Perdas cambiais / Perdas em Inventários)

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

O Quadro 5 apresenta a síntese de resultados operacionais. Para efeitos de análise foram expurgados os valores das rubricas *non-cash*.

Principais variações/desvios:

Rendimentos

- **Vendas e Serviços Prestados:** a variação homóloga de 2,33 milhões de euros, e o desvio negativo 217 mil euros em relação ao PAO, é justificado, essencialmente, pelo aumento significativo dos Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, conforme detalhado no ponto 1.3 *Receitas*.
- **Outros rendimentos e ganhos:** variação negativa de 807 mil euros e desvio positivo de 44 mil euros, sendo o presente desvio justificado pelo valor recebido com aplicações de tesouraria no final do ano de 2023, e a variação face ao período homólogo pelo recebimento da indemnização da seguradora pelo acidente ocorrido em 2014 na estação do Aeroporto com uma carruagem do ML.

Gastos

Relativamente a gastos operacionais importa referir a variação com o período homólogo dos gastos com pessoal de cerca de 2,2 M€, sendo a mesma justificada pelo aumento do custo do plano de pensões (aproximadamente 1 M€), face à atualização do estudo atuarial, e 1,06 M € dos gastos com a variação da massa salarial decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

2.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 6 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	-2 158 006 €	-829 946 €	-299 200 €	-1 328 060	160,0%	-1 858 806	621,3%
Ajustamentos	84 845 €	-360 873 €	-1 601 925 €	445 718	-123,5%	1 686 771	-105,3%
Trabalhos para a própria entidade	-11 167 €	-12 938 €	-1 611 269 €	1 771	-13,7%	1 600 102	-99,3%
Aumentos de justo valor	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Subsídios ao investimento	-33 997 €	-278 084 €	-271 975 €	244 087	-87,8%	237 978	-87,5%
Ganhos cambiais	-267 €	-18 €	0 €	-249	1359,2%	-267	-
Perdas cambiais	2 328 €	0 €	2 328 €	2 328	1790515,4%	0	0,0%
Ganhos em Inventários	-132 395 €	-165 871 €	0 €	33 476	-20,2%	-132 395	-
Perdas em Inventários	278 991 €	96 038 €	278 991 €	182 953	190,5%	0	0,0%
EBITDA (corrigido)	-2 073 160 €	-1 190 819 €	-1 901 125 €	-882 341	74,1%	-172 035	9,0%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados efeitos de natureza *non-cash*, tais como diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários. Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, nomeadamente Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor.

O EBITDA corrigido registou uma variação negativa de 882 mil euros, partindo de um EBITDA da DRN que registou uma variação negativa de 1,33 milhões de euros, face ao período homólogo, essencialmente por via do aumento dos gastos com pessoal, conforme explicado anteriormente.

2.2.2. Juros e gastos similares suportados

Quadro 7 - Juros e gastos similares suportados

	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Juros e gastos similares suportados	227 017 €	294 994 €	227 017 €	-67 977	-23,0%	0	0,0%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

2.3. Fluxos de Caixa

Quadro 8 - Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa (acumulado)	REAL	PAO	Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2024	Abs	%
Atividades Operacionais				
Recebimentos das atividades operacionais	32 155 299 €	35 404 704 €	-3 249 405	-9,2%
Pagamentos das atividade operacionais	33 789 310 €	36 789 937 €	-3 000 627	-8,2%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-1 634 011 €	-1 385 233 €	-248 777	18,0%
Atividades de Investimento				
Recebimentos de Investimentos	4 971 375 €	18 760 684 €	-13 789 309	-73,5%
Pagamentos de investimentos	12 090 480 €	37 794 374 €	-25 703 893	-68,0%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)	-7 119 106 €	-19 033 690 €	11 914 584	-62,6%
Atividades de financiamento				
Recebimentos de financiamentos	0 €	16 943 661 €	-16 943 661	-100,0%
Pagamentos de financiamentos	7 293 363 €	7 244 904 €	48 459	0,7%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-7 293 363 €	9 698 757 €	-16 992 120	-175,2%
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-16 046 479 €	-10 720 166 €	-5 326 313	49,7%
Caixa e seus equivalentes no início do período	184 936 157 €	184 936 697 €	-540	0,0%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	168 889 678 €	174 216 531 €	-5 326 853	-3,1%

Fonte: MFCx mar/2024 e PAO 2024-2026 (DFI)

Os fluxos da atividade operacional geraram um *deficit* de 1,63 milhões de euros, tendo-se traduzido num desvio negativo de 248 mil euros em relação ao PAO, essencialmente pela redução dos recebimentos de clientes de receita tarifária.

No relativo à tesouraria de investimento, o desvio nos fluxos de caixa é essencialmente gerado, por um lado, por uma baixa execução dos investimentos financiados pelo PRR, e por outro, por não existir ainda recebimentos do Fundo de Coesão face ao período de candidatura da 2.ª fase do projeto de Expansão Rato/Cais do Sodré.

O desvio negativo dos fluxos de caixa das atividades de financiamento justifica-se essencialmente por não ter existido qualquer dotação da DGTf para serviço da dívida.

A variação de caixa negativa, reflete a ausência de transferências do Acionista que permitissem financiar os défices de investimento e financiamento, os quais foram supridos com recurso à utilização do saldo de gerência de 2023 não afeto a subsídios consignados a projetos de investimento e a receita própria.

O elevado saldo de caixa e equivalentes ocorre pelo recebimento, em 2023 e anos anteriores, de subsídios consignados a investimento, nomeadamente Fundo Ambiental e PRR, cuja aplicação tem deslizado no tempo, acompanhando a execução dos principais projetos financiados.

2.4. Modelo de Financiamento

Quadro 9 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	0 €	0 €	14 548 420 €	0 €	-	-14 548 420 €	-
Empréstimos DGTF	0 €	0 €	2 395 241 €	0 €	-	-2 395 241 €	-100,0%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente	109 532 €	931 384 €	272 292 €	-821 852 €	-88,2%	-162 760 €	-59,8%
PART	9 570 884 €	1 189 142 €	3 537 958 €	8 381 741 €	704,9%	6 032 925 €	170,5%
PART "COVID"	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
TOTAL	9 680 416 €	2 120 526 €	20 753 911 €	7 559 890 €	356,5%	-11 073 495 €	-53,4%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Até ao final do 1.º trimestre de 2024 não foram concedidas dotações de capital. Considerando que o défice de investimento é coberto por dotações de capital por parte da DGTF, o desvio de -14,55 milhões de euros face ao PAO está essencialmente relacionado com a baixa execução de investimento.

Não foram contraídos novos empréstimos no 1.º trimestre de 2024.

2.5. Stock da Dívida

Quadro 10 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL			PAO	Δ / 31.12.2023		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	31.DEZ 2023	1.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	910 000 000 €	910 000 000 €	910 000 000 €	910 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	2 083 271 746 €	2 083 271 746 €	2 083 271 746 €	2 084 183 974 €	0 €	0,0%	-912 229 €	0,0%
Suprimentos	76 656 108 €	67 631 823 €	76 656 108 €	78 139 120 €	0 €	0,0%	-1 483 012 €	-1,9%
Schuldschein	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Total	3 369 927 854 €	3 360 903 569 €	3 369 927 854 €	3 372 323 095 €	0 €	0,0%	-2 395 241 €	-0,1%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Até ao final 1.º trimestre não se verificaram amortizações ou contratação de novos financiamentos.

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 11 - Plano de Redução de Custos

Eficiência operacional	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Gastos Operacionais (GO)	- 34 168 908 €	- 31 845 377 €	- 34 168 908 €	- 2 323 531 €		0,00 €	0,00%
CMVMC	- 819 050 €	- 705 575 €	- 819 050 €	- 113 475 €	16,1%	-0 €	0,0%
FSE	- 8 796 437 €	- 8 746 395 €	- 8 796 437 €	- 50 042 €	0,6%	-	0,0%
Gastos com pessoal	- 24 553 422 €	- 22 393 407 €	- 24 553 422 €	- 2 160 014 €	9,6%	-0 €	0,0%
Gastos operacionais ajustados	34 168 908 €	31 845 377 €	34 168 908 €	2 323 531 €	7,3%	0 €	0,0%
Volume de negócios (VN)	32 259 273 €	29 928 521 €	32 476 047 €	2 330 752 €	7,8%	- 216 774 €	-0,67%
Vendas	1 011 €	2 206 €	875 €	- 1 196 €	-54,2%	1 331 €	152,2%
Prestações de Serviços	32 258 262 €	29 926 314 €	32 475 172 €	2 331 948 €	7,8%	- 216 910 €	-0,7%
Indemnizações compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)	- €	- €	- €	- €	-	- €	-
Volume de negócios ajustado	32 259 273 €	29 928 521 €	32 476 047 €	2 330 752 €	7,8%	- 216 774 €	-0,67%
Gastos operacionais/ Volume de Negócio (GO/VN)	106%	106%	105%	-0,005 p.p.		0,007 p.p.	

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

No que respeita aos princípios financeiros de referência, e sobre o desempenho do ML no 1.º trimestre de 2024, salienta-se o seguinte:

- Os gastos com pessoal são superiores em 2,16 milhões de euros, comparativamente com o período homólogo de 2023, estando justificada esta variação no ponto 2.2 Síntese de Resultados.
- Os gastos operacionais ajustados atingiram 34,17 milhões de euros, apresentando uma variação de 2,32 milhões de euros face a 2023, decorrente essencialmente do aumento de gastos com Pessoal.
- O volume de negócios do 1.º trimestre de 2024 ultrapassa os valores quando comparado com o período homólogo do ano anterior (+2,33 M€) registando o valor de 32,26 milhões de euros. O desvio, apesar de não ser muito expressivo, é negativo em 217 mil euros, face ao estimado.
- Comparando o resultado do rácio Peso dos Gastos/Volume de Negócios com o período homólogo e com o planeado, verifica-se uma variação de -0,005 p.p. e um desvio de 0,007 p.p., respetivamente. É expectável a melhoria deste rácio ao longo de 2024, a verificar-se a tendência crescente das receitas, nomeadamente o valor de Compensação por cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com a aplicação do Aditamento ao Contrato de Concessão assinado a 27 de março de 2024.

3.2. Frota Automóvel

Quadro 12 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	47	47	47	0	0,0%	0	0,0%
Gastos (€):							
Combustível	10 103	11 494	10 103	-1 391	-12,1%	0	0,0%
Energia	1 258	1 640	1 258	-382	-23,3%	0	0,0%
Conservação e Reparação	7 680	9 932	7 680	-2 252	-22,7%	0	0,0%
Rendas	65 042	40 436	63 127	24 606	60,9%	1 915	3,0%
Seguros	8 125	7 828	8 125	297	3,8%	0	0,0%
Impostos	697	769	697	-72	-9,4%	0	0,0%
Outros	5 798	4 945	7 899	853	17,3%	-2 101	-26,6%
Total	98 703	77 044	98 889	21 659	28,1%	-186	-0,2%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se um acréscimo destes gastos (aprox. 22 mil euros) face ao período homólogo, que resulta essencialmente do aumento do valor de *renting*. Este aumento resulta da substituição da frota automóvel do ML dado o término dos contratos de Aluguer operacional, e por outro lado, pela necessidade de ter uma frota com emissões de CO2 mais reduzidas, procurando dar cumprimento às orientações tutelares e legislativas quer em termos ambientais, quer em termos da tipologia de frota automóvel para o setor empresarial do estado.

3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 13 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	20	21	45	-1	-4,8%	-25	-55,6%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

O prazo médio de pagamentos regista uma variação de menos 1 dia quando comparado com o período homólogo e um desvio de menos 25 dias em relação à previsão do PAO, o que reflete o empenho do ML na eficiência da gestão de tesouraria, mesmo com um esforço acrescido para dar continuidade aos projetos de investimento essenciais à melhoria do serviço de transporte público, como a substituição dos meios mecânicos nas estações que se encontram obsoletos.

3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 14 – Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL			PAO	Δ / 31.12.2023		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	31.DEZ 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitano de Lisboa*	1 575	1 574	1 569	1 575	6	0,4%	0	0,0%

*Não considera os Órgãos Sociais

Fonte: DCH | PAO 2024-2026 (DFI)

A variação do efetivo entre 31/12/2023 e o 1.º trimestre de 2024, considera as contratações possíveis no âmbito da aprovação do PAO 2023.

3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 15 - Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	1.º TRIM 2024	31.DEZ 2023
Financiamento Remunerado	3 369 927 854 €	3 369 927 854 €
Capital Social	3 906 805 655 €	3 906 805 655 €
Novos Investimentos	0 €	
Variação do endividamento	0,00%	

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2024”, o endividamento do ML não registou qualquer variação, considerando que não houve lugar à contratação de novos financiamentos, nem amortização de capital no período em análise.

3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 16 – Disponibilidades

UTE	1.º TRIM 2024
Disponibilidades em 31-03-2024	168 872 074 €
Depositadas no IGCP	166 402 802 €
Outras na banca nacional	2 469 272 €
Disponibilidades no IGCP [%]	98,5%

Fonte: DFI/Tesouraria

No final do 1º trimestre de 2024, o ML mantinha 98,5% dos depósitos bancários (166,40 milhões de euros) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 22/02/2024, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do artigo 172.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, conforme N/Ref. 1775269. O ML aguarda resposta ao presente pedido que solicita o excecionamento do cumprimento da UTE, somente para os valores:

- a) Objeto de recolha, transporte e tratamento, contratualizados pelo ML com empresa de transportes de valores, os quais devem quinzenalmente ser transferidos para contas do ML no IGCP;
- b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- c) Inerentes à custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- d) Outros serviços: depósitos colaterais domiciliados nos EUA, constituídos em 2009 e 2013.
 - TREM – II – Colateral constituído em 2009 junto do Wells Fargo, com valor inicial do depósito de USD 29.925.000 e valor de mercado atual USD 25.557.097;
 - TREM – Colateral constituído em 2013 junto do Wilmington Trust, com valor inicial do depósito de USD 25.933.278 e valor de mercado atual USD 23.332.699.

4. Plano de Investimento

Quadro 17 - Plano de investimento

PROJETOS - 2024	REAL	PAO	Δ PAO	
	1º TRIM 2024	1º TRIM 2024	Abs	%
1. Prolongamento Rato / Cais do Sodré	8 864 991,88 €	8 864 991,88 €	-	0,0%
2. Prolongamento S. Sebastião / Alcântara	277 237,76 €	17 500 000,08 €	-17 222 762,32	-98,4%
3. Projeto de Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C	3 785 227,20 €	4 690 717,83 €	-905 490,63	-19,3%
4. Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	73 509,50 €	0,00 €	73 509,50	-
5. Máquina Esmeriladora	0,00 €	0,00 €	-	-
6. Remodelação da estação Cais do Sodré	0,00 €	0,00 €	-	-
7. Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	924 935,30 €	924 935,30 €	-	0,0%
8. Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	19 420,15 €	19 420,15 €	0,00	0,0%
9. Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	705 599,85 €	2 413 884,45 €	-1 708 284,60	-70,8%
10. Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	0,00 €	0,00 €	-	-
11. Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99	375 483,84 €	375 483,84 €	0,00	0,0%
12. Sistema de Informação ao Cliente	0,00 €	0,00 €	-	-
13. Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	50 899,44 €	50 899,44 €	-	0,0%
14. Torno rodas PMO3 + Sistema de medida automática de rodas	0,00 €	1 141,98 €	-1 141,98	-100,0%
15. Remodelação e Renovação de Instalações	1 863,76 €	1 863,76 €	-	0,0%
16. Remodelação Geral de MAVT	0,00 €	0,00 €	-	-
17. Aquisição de 24 UT - SCEP n.º 13/2022	0,00	0,00 €	-	-
18. Central Fotovoltaica PMO II	0,00	0,00	-	-
19. Substituição travessas de pinho - PMO II	0,00	0,00	-	-
20. Aquisição Draisine Grua	0,00	0,00	-	-
21. Posto de Comando Central	0,00	0,00	-	-
22. Empreitada de Manutenção dos Sistemas de Iluminação das estações	0,00	0,00	-	-
23. Remodelação da Estação Marquês de Pombal	149 295,43	34 907,10	114 388,33	327,7%
24. Remodelação e ampliação estação Arroios	50 000,00	16 972,88	33 027,12	194,6%
25. Foles de intercirculação - ML97 e ML99	0,00	0,00	-	-
26. Projeto Normalização Imagem ML	0,00	646 029,50	-646 029,50	-100,0%
27. SADI - Estações + Edifícios	0,00	203 241,55	-203 241,55	-100,0%
28. Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida (obsoletos)	0,00	0,00	-	-
29. Upgrade unidades remotas de telecomando - Subestações de Tração	0,00	0,00	-	-
30. Outros Investimentos	230 867,34	806 502,69	-575 635,35	-71,4%
Total	15 509 331,45	36 550 992,43	-21 041 660,98	-57,6%

Fonte: SAP/CO e PAO 2024-2026 (DFI)

No período em análise, foi realizado 42,4% do investimento previsto até ao final do 1.º trimestre de 2024, apresentando um desvio negativo de 57,6% (21,04 milhões de euros). A contribuir para este desvio negativo, com valores mais expressivos, estão os projetos:

- Prolongamento S. Sebastião / Alcântara: -17,22 milhões de euros;
- Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C: -0,91 milhões de euros;
- Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores): -1,71 milhões de euros;
- Projeto Normalização Imagem ML: 0,646 mil euros.

5. Resumo

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Balço				
Ativo n/ corrente				
ILD				
Ed. Outras construçōes ILD	-91 m€	Baixa realizaçāo de investimentos: Linha Vermelha - Prolongamento S. Sebastião / Alcāntara, Modernizaçāo – novo Sistema de Sinalizaçāo CBTC e Renovaçāo de Sistemas de Conforto (Escadas mecānicas, Tapetes rolantes e Elevadores)	Pág. 6	Melhoria da execuçāo de Investimento, e aprovaçāo da candidatura da 2.ª fase do projeto Rato / Cais do Sodré ao PACS 2030
Equipamento bāsico ILD	-1,61 M€			
Investimentos em curso	-19,89 M€			
Estado - conta a recber	-1,24 M€			
Estado - Subsídios - Gestāo Infraest.	-548 m€			
Outros instrumentos financeiros potencialmente favoráveis	-628 m€	Variaçāo MtM de instrumentos financeiros		
AFT ML				
Ed. Outras construçōes	3,02 M€	Falta de estimativa na passagem de investimentos em curso para AFT	Pág. 6	Melhoria da execuçāo de Investimento, melhorar a estimativa de investimentos em curso para AFT
Equip. bāsico, equip. administrativo e outros AFT	-2,38 M€	Baixa realizaçāo de investimentos		
Investimentos ML em curso	-1,47 M€			
Ativos Intangíveis	-227 m€			
Ativo corrente				
Inventários	15 m€			
Clientes	61 m€			
Estado e outros entes pūblicos	-393 m€	Excesso de estimativa IVA dedutível	Pág. 7	Aprovaçāo da candidatura da 2.ª fase do projeto Rato / Cais do Sodré ao PACS 2030
Outras contas a receber	4,34 M€	Estimativa de receita sem considerar acrēscimos (Cosp Tarifária – Ex-PART + Compensaçōes tarifárias + Receita de espaços comerciais): 2,39M€ Devedores diversos: 1,99M€, com especial destaque para os valores de reconciliaçāo de vendas (+1,04 M€), receitas nāo tarifárias, como Fee de personalizaçāo do passe navegante, rendas de imóveis e alugueres de espaços na estaçōes e auditório do Alto dos Moinhos (+0,58 M€), valores a imputar a terceiros (+0,39 M€)		
Diferimentos	945 m€	Prazo mēdio de pagamentos inferior ao previsto, e 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao Programa do Sustentável 2030 ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, nāo tendo sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesāo		
Caixa e Depósitos bancários	-5,33 M€			
Capital prōprio				
Capital realizado	-14,78 M€	Falta de dotaçāo para serviço da dūvida e cobertura de dēfice de investimento, assegurado com receita prōpria	Pág. 7	Ajuste das necessidades de financiamento aos valores executados
Outras variaçōes no capital prōprio	-18,85 M€	Atrasos na execuçāo dos projetos de investimento que condicionam o recebimento de subsídios (nacionais e comunitários) e respectivo reconhecimento dos mesmos		
Resultado Lūquido	-1,86 M€			
Passivo nāo corrente				
ILD	-2,78 M€	Desvio na estimativa de necessidades de financiamento para Swap, e variaçāo do MtM	Pág. 7	
Passivo corrente				
ILD	1,67 M€	Dēfice de estimativa nos valores em dūvida a fornecedores e baixa execuçāo dos projetos financiados pelo PRR	Pág. 7	Acelerar a execuçāo dos projetos financiados pelo PRR
Fornecedores	1,01 M€	Estimativa de um maior fluxo financeiro na liquidaçāo de dūvidas a fornecedores		
Estado e outros entes pūblicos	113 m€			
Financiamentos obtidos	-1,48 M€	Suprimentos para cobertura de dēfice operacional que nāo se verificaram		
Outras Contas a Pagar	11,51 M€	Fornecedores de investimento: 7,57 M€, nāo considerados na estimativa; e acrēscimos de gastos estimados como execuçāo: 3,59 M€		

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2023		Δ / PAO	
	1.º TRIM 2024	31.DEZ 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5 451 128 876 €	5 426 679 188 €	5 475 136 439 €	24 449 688 €	0,5%	-24 007 563 €	-0,4%
Ativos fixos tangíveis	101 524 008 €	100 907 217 €	102 363 389 €	616 790 €	0,6%	-839 382 €	-0,8%
Propriedades de investimento	14 685 700 €	14 799 783 €	14 685 700 €	-114 083 €	-0,8%	-0 €	0,0%
Ativos intangíveis	2 116 627 €	2 337 121 €	2 343 799 €	-220 494 €	-9,4%	-227 172 €	-9,7%
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	76 870 533 €	76 870 533 €	76 870 533 €	-	0,0%	-	0,0%
Outros ativos financeiros	44 369 866 €	44 369 866 €	44 369 866 €	-	0,0%	-	0,0%
Total do ativo não corrente	5 690 695 609 €	5 665 963 708 €	5 715 769 725 €	24 731 901 €	0,4%	-25 074 116 €	-0,4%
Ativo corrente							
Inventários	10 226 019 €	10 381 802 €	10 211 192 €	-155 784 €	-1,5%	14 826 €	0,1%
Clientes	888 454 €	827 618 €	827 618 €	60 836 €	7,4%	60 836 €	7,4%
Estado e outros entes públicos	2 178 216 €	1 573 263 €	2 571 173 €	604 953 €	38,5%	-392 957 €	-15,3%
Outros créditos a receber	12 667 318 €	8 331 178 €	8 331 178 €	4 336 140 €	52,0%	4 336 140 €	52,0%
Diferimentos	32 125 532 €	31 180 625 €	31 180 625 €	944 907 €	3,0%	944 907 €	3,0%
Caixa e depósitos bancários	168 889 678 €	184 936 697 €	174 216 531 €	-16 047 019 €	-8,7%	-5 326 853 €	-3,1%
Total do ativo corrente	226 975 216 €	237 231 182 €	227 338 317 €	-10 255 966 €	-4,3%	-363 101 €	-0,2%
Total do ativo em investimentos de ILD	5 451 128 876 €	5 426 679 188 €	5 475 136 439 €	24 449 688 €	0,5%	-24 007 563 €	-0,4%
Total do ativo afeto à operação (ML)	466 541 950 €	476 515 703 €	467 971 604 €	-9 973 753 €	-2,1%	-1 429 654 €	-0,3%
TOTAL DO ATIVO	5 917 670 825 €	5 903 194 890 €	5 943 108 042 €	14 475 935 €	0,2%	-25 437 217 €	-0,4%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	3 906 805 655 €	3 906 805 655 €	3 921 581 092 €	-	0,0%	-14 775 437 €	-0,4%
Reserva legal	21 597 €	21 597 €	21 597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1 501 878 €	1 501 878 €	1 501 878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-2 008 841 945 €	-1 984 842 365 €	-2 008 841 945 €	-23 999 579 €	1,2%	-	0,0%
Excedentes de revalorização	37 234 076 €	37 234 076 €	37 234 076 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	10 563 458 €	10 597 455 €	29 408 553 €	-33 997 €	-0,3%	-18 845 094 €	-64,1%
Resultado líquido do exercício	-5 626 104 €	-23 999 579 €	-3 767 299 €	18 373 475 €	-76,6%	-1 858 806 €	49,3%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1 941 658 615 €	1 947 318 717 €	1 977 137 952 €	-5 660 101 €	-0,3%	-35 479 337 €	-1,8%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1 134 076 142 €	1 136 618 704 €	1 136 853 942 €	-2 542 562 €	-0,2%	-2 777 800 €	-0,2%
Provisões	4 272 501 €	4 272 501 €	4 272 501 €	-	0,0%	-	0,0%
Financiamentos obtidos	84 213 746 €	84 213 746 €	84 213 746 €	-	0,0%	-	0,0%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	266 746 712 €	266 801 355 €	266 746 712 €	-54 642 €	0,0%	-	0,0%
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	1 134 076 142 €	1 136 618 704 €	1 136 853 942 €	-2 542 562 €	-0,2%	-2 777 800 €	-0,2%
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	355 232 959 €	355 287 601 €	355 232 959 €	-54 642 €	0,0%	-	0,0%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	1 489 309 101 €	1 491 906 306 €	1 492 086 901 €	-2 597 204 €	-0,2%	-2 777 800 €	-0,2%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1 643 902 504 €	1 633 936 175 €	1 642 236 498 €	9 966 329 €	0,6%	1 666 006 €	0,1%
Fornecedores	3 843 188 €	2 699 979 €	2 829 965 €	1 143 209 €	42,3%	1 013 223 €	35,8%
Estado e outros entes públicos	3 476 854 €	3 363 376 €	3 363 376 €	113 478 €	3,4%	113 478 €	3,4%
Financiamentos obtidos	744 676 065 €	744 676 065 €	746 159 077 €	-	0,0%	-1 483 012 €	-0,2%
Outras dívidas a pagar	86 290 318 €	74 780 092 €	74 780 092 €	11 510 225 €	15,4%	11 510 225 €	15,4%
Diferimentos	4 514 180 €	4 514 180 €	4 514 180 €	-	0,0%	-	0,0%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	1 643 902 504 €	1 633 936 175 €	1 642 236 498 €	9 966 329 €	0,6%	1 666 006 €	0,1%
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	842 800 605 €	830 033 693 €	831 646 691 €	12 766 912 €	1,5%	11 153 914 €	1,3%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	2 486 703 109 €	2 463 969 868 €	2 473 883 189 €	22 733 241 €	0,9%	12 819 920 €	0,5%
Total do passivo em investimentos de ILD	2 777 978 646 €	2 770 554 879 €	2 779 090 440 €	7 423 767 €	0,3%	-1 111 794 €	0,0%
Total do passivo afeto à operação (ML)	1 198 033 564 €	1 185 321 294 €	1 186 879 650 €	12 712 270 €	1,1%	11 153 914 €	0,9%
TOTAL DO PASSIVO	3 976 012 210 €	3 955 876 173 €	3 965 970 090 €	20 136 037 €	0,5%	10 042 120 €	0,3%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5 917 670 825 €	5 903 194 890 €	5 943 108 042 €	14 475 935 €	0,2%	-25 437 217 €	-0,4%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º TRIM 2024	1.º TRIM 2023	1.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	32 259 273 €	29 928 521 €	32 476 047 €	2 330 752 €	7,8%	-216 774 €	-0,7%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	18 647 €	-	-	18 647 €	-	18 647 €	-
Trabalhos para a própria entidade	11 167 €	12 938 €	1 611 269 €	-1 771 €	-13,7%	-1 600 102 €	-99,3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-819 050 €	-705 575 €	-819 050 €	-113 475 €	16,1%	-	0,0%
Fornecimentos e serviços externos	-8 796 437 €	-8 746 395 €	-8 796 437 €	-50 042 €	0,6%	-	0,0%
Gastos com o pessoal	-24 553 422 €	-22 393 407 €	-24 553 422 €	-2 160 014 €	9,6%	-0 €	0,0%
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	409 803 €	1 494 646 €	470 380 €	-1 084 844 €	-72,6%	-60 577 €	-12,9%
Outros gastos e perdas	-687 987 €	-420 673 €	-687 987 €	-267 314 €	63,5%	-	0,0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-2 158 006 €	-829 946 €	-299 200 €	-1 328 060 €	160,0%	-1 858 806 €	621,3%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-3 241 081 €	-3 778 061 €	-3 241 081 €	536 980 €	-14,2%	-	0,0%
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-5 399 087 €	-4 608 007 €	-3 540 281 €	-791 080 €	17,2%	-1 858 806 €	52,5%
Juros e gastos similares suportados	-227 017 €	-294 994 €	-227 017 €	67 977 €	-23,0%	0 €	0,0%
Resultado antes de impostos	-5 626 104 €	-4 903 001 €	-3 767 299 €	-723 103 €	14,7%	-1 858 806 €	49,3%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-5 626 104 €	-4 903 001 €	-3 767 299 €	-723 103 €	14,7%	-1 858 806 €	49,3%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

- 1.º TRIMESTRE DE 2024

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório do Conselho Fiscal (CF) visa dar cumprimento ao disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, no n.º 4, do artigo 97.º, do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024) e, ainda, na alínea i), do n.º 1, do artigo 44.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial - RJSPE) e reporta-se ao 1.º trimestre de 2024.

Na elaboração deste relatório foi tido em consideração o relatório da execução orçamental do referido trimestre, aprovado, pelo Conselho de Administração (CA) do ML, em 11/10/2024, e enviado em 14/10/2024 ao CF. Foram ainda considerados os esclarecimentos prestados em 22/10/2024, a pedido do CF.

Por despachos de 02/09/2024, de S.E. a Secretária de Estado da Mobilidade (SEMob) e de 3/09/2024, de S.E. o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF), foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026 do ML, “...apenas...para o ano de 2024...”.

Esta autorização decorre do Despacho n.º 399/2024-SETF, de 28/08/2024, de S.E. o SETF que, além de aprovar o relatório de análise n.º 203/2024, de 22 de julho, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), aprovou o PAO para o ano de 2024, e concedeu as seguintes autorizações¹:

- para a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024;
- para o aumento dos Gastos Operacionais em até três milhões de euros (2,2%), que, deduzindo 317 mil euros referentes aos gastos com as contratações acima assinaladas, limita o total destes gastos em 2024 ao valor de 145,9 milhões de euros.”

Em 27/03/2024, o Estado e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte de passageiros em vigor, que prorrogou o prazo de duração da concessão até 1 de julho de 2030 e alterou o clausulado, de modo a clarificar a situação dos Investimentos de Longa Duração (ILD) face ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias (definido no anexo ao Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro), a gestão dos ativos e o modelo de remuneração do ML, enquanto concessionário. O referido Aditamento foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em 15/07/2024.

¹ No mesmo despacho foi ainda determinado que “...a aprovação do PAO para 2024 não dispensa a empresa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.”



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

A fiscalização do ML encontra-se também cometida a um Revisor Oficial de Contas (ROC)², que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do ML.

Na análise efetuada, além dos documentos/instrumentos já referidos, foram também considerados o relatório do ROC, enviado ao CF em 06/12/2024, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do ML, bem como as atas das reuniões do CA do trimestre disponibilizadas (até 21 de março de 2024).

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

2.1. Atividade e Investimento

O 1.º trimestre de 2024 registou 33,2 milhões de passageiros transportados com título pago e 221,7 milhões de passageiros x Km, o que traduz, respetivamente, desvios de -10,9% (-4,1 milhões) e +11,0% (+22 milhões), nos referidos indicadores de procura, face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período. Os mesmos indicadores evidenciam, respetivamente, variações de -10,3% (-3,8 milhões) e -0,4% (-0,9 milhões), face ao período homólogo do ano anterior³.

A oferta, medida através do indicador “lugares x km”, registou um desvio negativo de 3,6% (-35,0 milhões) em relação ao previsto para o mesmo período e uma variação de -0,8% (-7,4 milhões) face ao período homólogo de 2023⁴.

O investimento (formação bruta de capital fixo) executado até ao final do 1.º trimestre de 2024 registou o montante global de 15,5M€, o que corresponde a uma taxa de execução de 42% face ao projetado para o mesmo período (36,5 M€). Realça-se que:

- (i) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha Rato/Cais do Sodré (8,9M€) registou 100% de taxa de execução (8,8M€);
- (ii) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha S. Sebastião/Alcântara (17,5M€) registou 2% de taxa de execução (0,3M€); e
- (iii) O investimento orçamentado para a modernização do sistema de sinalização e do material circulante, linhas A, B e C, (4,7M€) registou 81% de taxa de execução (3,8M€).

² João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC João Amaro Santos Cipriano.

³ Impacta nas referidas variações, o facto dos passes 4_18 e sub_23, serem, no período homólogo, títulos pagos, e a partir de 1/1/2024 terem passado a ser títulos gratuitos (Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro).

⁴ A variação negativa é fundamentada pela empresa por interrupções na circulação de comboios causada por fatores não controláveis, nomeadamente falha de energia na linha verde e avaria de um comboio.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

2.2. Desempenho económico e financeiro

Não obstante se verifique que as contas relativas aos exercícios de 2022 e 2023 ainda não estão aprovadas pelo “acionista” e que as demonstrações financeiras que integram o documento em apreciação se encontrem sujeitas aos trabalhos de revisão legal das contas da Sociedade⁵, da análise efetuada ao Relatório de execução do 1.º trimestre 2024, o CF destaca o seguinte:

- O prejuízo de 5,6M€, registado no final do período, representa um desvio desfavorável de 1,9 M€ face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 3,8M€), em consequência da baixa execução de trabalhos para a própria empresa (que haviam sido orçamentados em 1,6M€ para o período).

O prejuízo registado representa uma variação desfavorável face ao que foi verificado no período homólogo de 2023 (prejuízo de 4,9M€), decorrente da combinação de um conjunto de fatores, destacando-se a variação desfavorável dos gastos com pessoal, em cerca de 2,2M€, decorrente do aumento do custo do plano de pensões (+1,0M€) face à atualização do estudo atuarial e do impacto da valorização salarial (+1,1M€), decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

- O rédito, constituído por receitas tarifárias⁶ de 20,9M€, compensações financeiras⁷ de 0,8M€, “pagamentos por conta”⁸ de 8,9M€ e receitas não tarifárias⁹ de 1,7M€, que globalmente ascende a 32,3M€, traduz um desvio desfavorável de 0,7% (-0,2M€) face ao orçamentado para o mesmo período e um aumento de 7,8% (+2,3M€) face ao período homólogo, este último influenciado pelo aumento dos “pagamentos por conta” em +9,7M€ face ao 1.º trimestre de 2023.

Sobre os “pagamentos por conta” (repartição tarifária dos passes Navegante), sublinha-se que esta receita havia sido orçamentada (para o período) em 1,2M€ e a respetiva execução ascendeu a 8,9M€, em virtude de o orçamento para 2024 considerar o anterior modelo de repartição das receitas, denominado por PART¹⁰.

- O capital próprio registado a 31 de março, de 1.942M€, representa um desvio desfavorável de 35,5M€ (-1,8%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, o qual decorre, essencialmente, dos

⁵ Nos termos do artigo 45.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) e do artigo 451.º do CSC

⁶ Venda de bilhetes e passes.

⁷ Passes sociais (4_18, Sub23 e Social+), gratuitos Lisboa e antigos combatentes.

⁸ Com a entrada em vigor em 01/01/2024 do Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27/12, que procede à 6.ª alteração do Regulamento n.º 278-A/2019, de 27/3, foram implementadas novas Regras Gerais no Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa, e aprovada uma nova metodologia de repartição pelos operadores das receitas geradas pela venda dos passes Navegante, incluindo a sua autonomização relativamente às receitas provenientes da venda de outros passes e títulos ocasionais. De acordo com este Regulamento, a receita dos passes Navegante fica associada à venda conseguida por cada operador, passando a estar dependente do comportamento da procura.

⁹ Venda e personalização de cartões, espaços comerciais, aluguer de espaços e subconcessões.

¹⁰ Programa de Apoio à Redução Tarifária aprovado através do Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

desvios na execução das dotações de capital (-14,8M€)¹¹ e das “Outras variações no capital próprio” (-18,9M€), este último relacionado com o reconhecimento dos subsídios aos investimentos.

O Capital Próprio regista uma diminuição de 5,7M€ (-0,3%), face a 31 de dezembro de 2023, por via do impacto do prejuízo registado no período em análise.

- O Ativo alcançado a 31 de março, de 5.918M€, representa um desvio desfavorável de 25,4M€ (-0,4%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, em resultado, essencialmente, do desvio desfavorável da rubrica “investimentos de ILD” (-24,0M€), resultante da realização de investimentos de ILD (projetos em curso) abaixo do orçamentado para o período.

O aumento do Ativo em 14,5M€ (+0,2%), face a 31 de dezembro de 2023, decorre, essencialmente, do acréscimo da rubrica investimentos em ILD (+24,5M€), realçando-se, deste acréscimo (ILD): (i) +11,8M€ de investimentos em curso, e (ii) +13,6€ de encargos financeiros e da variação do *mark-to-market* dos contratos *swap*.

- O Passivo de 3.976M€ registado no final do período representa um desvio desfavorável de 10,0M€ (+0,3%) face ao orçamentado e aprovado, decorrente, sobretudo, do desvio de +11,5M€ (+10,3%) do saldo de outras dívidas a pagar¹².

O aumento do Passivo em 20,1M€ (+0,5%), face a 31 de dezembro de 2023, resulta, essencialmente, do aumento da rubrica de passivo (corrente e não corrente) ILD (+7,4M€) e do aumento das outras dívidas a pagar (+11,5M€).

3. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS

Atenta a informação constante do ponto 3. do relatório de execução do 1.º trimestre de 2024, as obrigações legais aplicáveis, o despacho que aprovou o PAO 2024 e as orientações transmitidas aquando da elaboração do PAO para 2024 (vd. Ponto 1.), salientam-se os seguintes aspetos:

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Extensão até 30/09/2024 do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023/2025. (Despacho aprovação PAO e n.ºs 1, 2 e 3, do artigo 132.º, do DLEO para 2024)	No âmbito da aprovação do PAO 2024 foi autorizado um total de 1.628 efetivos ¹³ (sem considerar os órgãos sociais) para 2024. Em 31/03/2024, o total de efetivos ascendia a 1.575, correspondendo ao projetado para o período. No período em análise, foi dado cumprimento a este requisito.

¹¹ Não se concretizaram as dotações de capital orçamentadas e aprovadas para o período.

¹² Correspondendo 7,6M€ a dívidas a fornecedores de investimentos não consideradas na estimativa.

¹³ De acordo com o teor do despacho n.º 399/2024-SETF, de 28 de agosto, foi autorizada a contratação de +53 trabalhadores, até 30 de setembro de 2024. Assim, o número de efetivos projetado para 31/12/2024 (excluindo órgãos sociais) corresponde a 1.628 (1.656 da proposta do ML, deduzido das 28 novas contratações não autorizadas).



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Autorizações /Orientações	Observações do CF
<p>Aumento dos Gastos Operacionais até ao limite de 145,9 M€, face a 2023.</p> <p>(Despacho aprovação PAO)</p>	<p>Em 31/03/2024, os gastos operacionais¹⁴ totalizaram 34,2 M€, representando um desvio nulo face ao valor projetado e aprovado para o período e um acréscimo de 2,3M€ face ao período homólogo, pelo aumento dos gastos com o pessoal, conforme atrás exposto.</p> <p>No período em análise, foi dado cumprimento a este requisito.</p>
<p>Eficiência Operacional – Rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios, igual ou inferior ao verificado em 2023.</p> <p>(artigo 37.º LOE para 2024 e n.º 1 do artigo 134.º do DLEO de 2024)</p>	<p>Em 31/03/2024, o peso dos gastos operacionais (GO)¹⁵ sobre o volume de negócios (VN)¹⁶ ascendeu a 106%, o que representa a manutenção da eficiência operacional face a período homólogo e um desvio desfavorável de 0,007 p.p. face ao orçamentado e aprovado para o período (105%).</p> <p>No período em análise, não foi dado cumprimento a este requisito.</p>
<p>Programa Pagar a Tempo e Horas - Prazo médio de pagamentos</p> <p>(Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009, publicado em 13 de abril)</p>	<p>Em 31/03/2024, o PMP era de 20 dias (menos 25 dias do que o previsto no PAO e menos um dia do que o registado no final do 1.º trimestre de 2023).</p> <p>O ML dá cumprimento a este requisito.</p>
<p>Compromissos e Pagamentos em Atraso</p> <p>(Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho)</p>	<p>Até ao final do 1.º trimestre, o ML tinha fundos disponíveis de 223,4 M€, assumiu compromissos de 112,5 M€ e efetuou pagamentos de 53,2 M€. Em consequência, os fundos disponíveis registam uma variação positiva de 110,9 M€ e os compromissos assumidos e por pagar ascendem a 59,3 M€.</p> <p>Assim, o ML não consta da <u>“Lista das entidades da Administração Central, que se encontram em incumprimento nos termos dos n.ºs 5 e 6 do art.º 7.º do DL 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo DL 99/2015, de 2 de junho”</u>.</p> <p>Em 31/03/2024, a empresa não dispunha de pagamentos em atraso, pelo que se perspetiva o cumprimento desta obrigação legal.</p>
<p>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)</p> <p>(Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, art.º 28.º do RJSPE, art.º 105.º LOE)</p>	<p>Em 31/03/2024, o ML dispunha de 98,5% das suas disponibilidades no Tesouro (168,9 M€).</p> <p>O remanescente (2,5 M€), depositado junto da banca comercial, encontra-se dispensado de cumprimento da UTE por decisão favorável de 26/11/2024 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.</p>

¹⁴ Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal (GcP).

¹⁵ Os gastos operacionais correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal.

¹⁶ O volume de negócios integra as receitas tarifárias, compensações financeiras, pagamentos por conta e receitas não tarifárias.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Autorizações /Orientações	Observações do CF
para 2024 e art.º 91.º do DLEO de 2024 - aguarda Despacho do IGCP)	
Endividamento – Crescimento global limitado a 2 %, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos (artigo 38.º da LOE para 2024 e artigo 135.º do DLEO 2024)	O ML registou uma variação nula do endividamento, por aplicação da fórmula de cálculo prevista no DLEO para 2024. Até 31/03/2024 não ocorreram alterações no passivo remunerado e no capital social, face a 31/12/2023, e não se registaram novos investimentos com expressão material.

4. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os contratos celebrados entre 1/01/2024 e 31/03/2024 e publicados, [no Portal Base dos Contratos Públicos](#) (pesquisa efetuada em 29/11/2024), totalizaram 36 procedimentos contratuais, num preço contratual global de 12,5 M€. O tipo de procedimento mais expressivo é o concurso público (6,5 M€; 51,9% do total), seguido do ajuste direto de regime geral (4,2 M€; 33,8 % do total) e dos setores especiais (1 M€; 8,2% do total).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que:

- O tipo de CPV mais relevante são os serviços de limpeza, abrangendo apenas um [contrato n.º 10/2024](#), por ajuste direto (3,6 M€), com invocação de critério material (urgência);
- Dos 14 procedimentos por ajuste direto e consulta prévia, todos foram objeto de publicação, no Portal Base, antes do final do prazo de execução dos contratos¹⁷, em aparente consonância com a regra estabelecida no n.º 3, do art.º 127.º, do Código dos Contratos Públicos, na redação atual¹⁸.

No mesmo período, foram publicados, na 2.ª Série do Diário da República, anúncios referentes a 14 concursos públicos, cujo preço base total ascendeu a 602,7 M€, com destaque para os anúncios n.ºs [5713/2024](#), da “Empreitada de Conceção e Construção, Aquisição de Veículos e Serviços de Manutenção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.”, cujo preço base é de 450 M€ e [5308/2024](#) (prorrogação de prazo de concurso lançado em novembro) referente à “Aquisição de Material Circulante para a Rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (24 Unidades de Tração, com opção de mais 12) - Proc. n.º 125/2023 - DLO/ML”, com um preço base de 138 M€. Ambos os procedimentos foram publicitados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

¹⁷ Diferença entre a data da celebração do contrato (acrescida do prazo de execução) e a data da publicação no Portal Base.

¹⁸ Este preceito dispõe que: “...a publicação referida no n.º 1 é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos”. Por seu turno, o n.º 1 do mesmo preceito estabelece que “a celebração de quaisquer contratos na sequência de consulta prévia ou ajuste direto deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal dos contratos públicos...”.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Quanto ao último procedimento (aquisição de carruagens), a decisão de adjudicação, pelo valor de adjudicação de 134 M€, foi publicada em [7/11/2024](#) no JOUE, aguardando-se o visto prévio do Tribunal de Contas, após a celebração do contrato de empreitada em [22/10/2024](#).

5. RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO ML

Como já referido, o CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 1.º trimestre 2024, que se considera aqui como reproduzido, no qual este identifica os desvios que considera relevantes nos resultados e na situação patrimonial do ML face ao orçamentado, bem como as variações mais significativas (resultados) em relação ao período homólogo.

Não foram efetuadas recomendações ao ML, existindo uma consideração adicional sobre o facto de os registos contabilísticos terem sido “...preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas”.

6. CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5, do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução do ML no período que terminou em 31/03/2024.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 1.º trimestre de 2024 reflete a atividade e o desempenho do ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 31/03/2024 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, em 16 dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO

ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

1.º TRIMESTRE 2024

Introdução

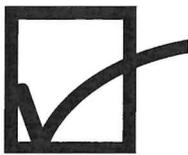
1. O presente relatório reporta-se às contas no final do **1.º trimestre de 2024** do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** (o ML ou da Entidade) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até o final do 1.º trimestre de 2024, tendo por base:
 - a informação financeira e de gestão com referência a 31 de março de 2024, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas;
 - o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2024 aprovado pelo Despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 3 de setembro de 2024;
 - o “Relatório Trimestral” preparado pela Entidade com referência ao 1.º trimestre de 2024 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 10 de outubro de 2024.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao PAO de 2024 e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete com referência a 31 de março de 2024 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de três meses findo nessa data, incluindo testes à



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e

- c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.

Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

A Entidade apresenta no ponto 6.1. do Relatório referente ao 1.º trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço em 31 de março de 2024 e os orçamentados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2024, para o final do primeiro trimestre de 2024, e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano 2023, onde se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2023 para 2024 em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos, entendemos destacar os seguintes aspetos:

- O total do **Ativo** registou um desvio desfavorável em valor de -25,4 milhões de euros, face ao PAO de 2024, que se deveu fundamentalmente ao efeito conjugado das seguintes situações:
 - desvio desfavorável de 0,4%, no valor de -24,0 milhões de euros, na rubrica “Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração” (ILD) fruto da realização de investimentos abaixo do previsto nos principais projetos em curso, nomeadamente na obra de prolongamento da Linha Vermelha (S. Sebastião / Alcântara), no investimento na Modernização do Sistema de Sinalização CBTC e na Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores);
 - desvio favorável, de +4,3 milhões de euros, na rubrica de “Outras Contas a Receber”, explicado pelo excesso da estimativa com acréscimo de rendimentos +2,3 milhões de euros e de +2,0 milhões de euros em devedores diversos;
 - desvio desfavorável de -5,33 milhões de euros em “Caixa e Depósitos bancários”, relacionado, por um lado, com a redução do prazo médio de pagamentos face ao previsto, e por outro, pelo facto de a 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao Programa “Sustentável 2030” ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, não tendo ainda sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão, pelo que os pagamentos deste projeto têm sido assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental.
- O **Passivo** total registou um desvio desfavorável, com +10 milhões de euros face ao valor previsto no PAO de 2024, influenciado basicamente pelas seguintes situações:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

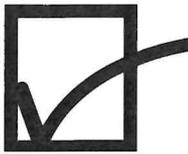
- desvio favorável, no valor de -1,1 milhões de euros, na rubrica “Investimento ILD” (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente, essencialmente: (i) em *sentido favorável*, da flutuação do “*mark-to-mark*” dos derivados (-1,87 milhões de euros), e da redução de 912 mil euros no financiamento DGTF previsto para encargos com SWAP, e (ii) em *sentido desfavorável*, do crescimento das dívidas a fornecedores de investimento ILD (+1,29 milhões de euros) e do aumento de 374 mil euros na rubrica “outras dívidas a pagar ILD” por força da menor execução dos projetos financiados pelo PRR;
 - desvio favorável, no valor de -1,5 milhões de euros, na rubrica “Financiamentos Obtidos” do Passivo Corrente, explicada pela não ocorrência de suprimentos para cobertura de défice operacional;
 - desvio desfavorável, no valor de +11,5 milhões de euros, na rubrica “Outras Dívidas e Pagar” do Passivo Corrente, justificado pelo aumento de 7,6 milhões de euros nas dívidas a fornecedores de investimento, e pelo incremento de 3,6 milhões de euros nos acréscimos de gastos (pessoal, juros DGTF, valores a regularizar de títulos de transporte e reconciliação de venda e serviços de limpeza, vigilância e segurança, energia, entre outros).
- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de -35,5 milhões de euros, justificado pelo efeito conjugado dos seguintes fatores:
 - desvio desfavorável de -14,8 milhões de euros, na rubrica “Capital Realizado”, devido a dotações de capital inferiores às previstas, em consequência de decisões de financiamento do acionista Estado;
 - desvio desfavorável de -18,9 milhões de euros, na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio”, que se deveu, em grande parte, ao menor grau de execução dos investimentos subsidiados;
 - desvio favorável de -1,9 milhões de euros, verificado no resultado líquido do período, cujas variações principais são analisadas na alínea b) deste ponto.

b) Demonstração dos resultados

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 1.º Trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 31 de março desse ano com os valores orçamentados no PAO de 2024, e as variações ocorridas face ao período homólogo de 2023, em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mapa do ponto 6.2 do referido Relatório, constata-se que no final do 1.º Trimestre de 2024 a Entidade apresenta um resultado líquido negativo de 5,6 milhões de euros, o que equivale a um agravamento do prejuízo em cerca de 14,7%, no valor de 723 mil de euros, quando comparado com o período homólogo (-4,9 milhões de euros), apresentando um desvio desfavorável de -1,9 milhões de euros, face ao resultado previsto no PAO de 2024.

Os principais fatores que contribuíram para o **desvio do resultado líquido face ao PAO de 2024** foram os seguintes:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- desvio desfavorável de -217 mil de euros na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, devido alterações na repartição dos réditos associados ao tarifário dos passes Navegantes, no âmbito do novo regulamento;
- desvio desfavorável, no valor de -1,60 milhões de euros, na rubrica “Trabalhos para Própria Entidade”, em consequência da menor execução dos investimentos em curso.

Quanto à **comparação com o período homólogo do ano anterior**, destacamos as seguintes variações na estrutura dos resultados:

- variação favorável de +2,3 milhões de euros na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, justificado, essencialmente, pelo aumento significativo dos Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante;
- variação desfavorável, pelo agravamento em 2,2 milhões de euros na rubrica “Gastos com o Pessoal”, explicada pelo aumento do custo do plano de pensões (aproximadamente 1 milhão de euros), face à atualização do estudo atuarial, e de cerca de 1,06 milhão de euros dos gastos com a massa salarial decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

c) Consideração adicional:

As referências sobre a informação financeira da Entidade reportada a 31 de março de 2024, efetuadas nas anteriores alíneas a) e b) do ponto 6 deste relatório, têm subjacentes registos contabilísticos preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas.

Restrições na distribuição e uso

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, em 6 de dezembro de 2024

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO

ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

1.º TRIMESTRE 2024

Introdução

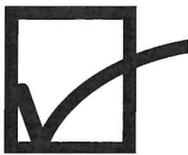
1. O presente relatório reporta-se às contas no final do **1.º trimestre de 2024** do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** (o ML ou da Entidade) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até o final do 1.º trimestre de 2024, tendo por base:
 - a informação financeira e de gestão com referência a 31 de março de 2024, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas;
 - o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2024 aprovado pelo Despacho conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, em 3 de setembro de 2024;
 - o “Relatório Trimestral” preparado pela Entidade com referência ao 1.º trimestre de 2024 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 10 de outubro de 2024.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao PAO de 2024 e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete com referência a 31 de março de 2024 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de três meses findo nessa data, incluindo testes à



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e

- c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.

Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

A Entidade apresenta no ponto 6.1. do Relatório referente ao 1.º trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço em 31 de março de 2024 e os orçamentados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2024, para o final do primeiro trimestre de 2024, e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano 2023, onde se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2023 para 2024 em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos, entendemos destacar os seguintes aspetos:

- O total do **Ativo** registou um desvio desfavorável em valor de -25,4 milhões de euros, face ao PAO de 2024, que se deveu fundamentalmente ao efeito conjugado das seguintes situações:
 - desvio desfavorável de 0,4%, no valor de -24,0 milhões de euros, na rubrica “Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração” (ILD) fruto da realização de investimentos abaixo do previsto nos principais projetos em curso, nomeadamente na obra de prolongamento da Linha Vermelha (S. Sebastião / Alcântara), no investimento na Modernização do Sistema de Sinalização CBTC e na Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores);
 - desvio favorável, de +4,3 milhões de euros, na rubrica de “Outras Contas a Receber”, explicado pelo excesso da estimativa com acréscimo de rendimentos +2,3 milhões de euros e de +2,0 milhões de euros em devedores diversos;
 - desvio desfavorável de -5,33 milhões de euros em “Caixa e Depósitos bancários”, relacionado, por um lado, com a redução do prazo médio de pagamentos face ao previsto, e por outro, pelo facto de a 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao Programa “Sustentável 2030” ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, não tendo ainda sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão, pelo que os pagamentos deste projeto têm sido assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental.
- O **Passivo** total registou um desvio desfavorável, com +10 milhões de euros face ao valor previsto no PAO de 2024, influenciado basicamente pelas seguintes situações:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

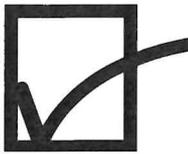
- desvio favorável, no valor de -1,1 milhões de euros, na rubrica “Investimento ILD” (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente, essencialmente: (i) em *sentido favorável*, da flutuação do “*mark-to-mark*” dos derivados (-1,87 milhões de euros), e da redução de 912 mil euros no financiamento DGTF previsto para encargos com SWAP, e (ii) em *sentido desfavorável*, do crescimento das dívidas a fornecedores de investimento ILD (+1,29 milhões de euros) e do aumento de 374 mil euros na rubrica “outras dívidas a pagar ILD” por força da menor execução dos projetos financiados pelo PRR;
 - desvio favorável, no valor de -1,5 milhões de euros, na rubrica “Financiamentos Obtidos” do Passivo Corrente, explicada pela não ocorrência de suprimentos para cobertura de défice operacional;
 - desvio desfavorável, no valor de +11,5 milhões de euros, na rubrica “Outras Dívidas e Pagar” do Passivo Corrente, justificado pelo aumento de 7,6 milhões de euros nas dívidas a fornecedores de investimento, e pelo incremento de 3,6 milhões de euros nos acréscimos de gastos (pessoal, juros DGTF, valores a regularizar de títulos de transporte e reconciliação de venda e serviços de limpeza, vigilância e segurança, energia, entre outros).
- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de -35,5 milhões de euros, justificado pelo efeito conjugado dos seguintes fatores:
 - desvio desfavorável de -14,8 milhões de euros, na rubrica “Capital Realizado”, devido a dotações de capital inferiores às previstas, em consequência de decisões de financiamento do acionista Estado;
 - desvio desfavorável de -18,9 milhões de euros, na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio”, que se deveu, em grande parte, ao menor grau de execução dos investimentos subsidiados;
 - desvio favorável de -1,9 milhões de euros, verificado no resultado líquido do período, cujas variações principais são analisadas na alínea b) deste ponto.

b) Demonstração dos resultados

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 1.º Trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 31 de março desse ano com os valores orçamentados no PAO de 2024, e as variações ocorridas face ao período homólogo de 2023, em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mapa do ponto 6.2 do referido Relatório, constata-se que no final do 1.º Trimestre de 2024 a Entidade apresenta um resultado líquido negativo de 5,6 milhões de euros, o que equivale a um agravamento do prejuízo em cerca de 14,7%, no valor de 723 mil de euros, quando comparado com o período homólogo (-4,9 milhões de euros), apresentando um desvio desfavorável de -1,9 milhões de euros, face ao resultado previsto no PAO de 2024.

Os principais fatores que contribuíram para o **desvio do resultado líquido face ao PAO de 2024** foram os seguintes:



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- desvio desfavorável de -217 mil de euros na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, devido alterações na repartição dos réditos associados ao tarifário dos passes Navegantes, no âmbito do novo regulamento;
- desvio desfavorável, no valor de -1,60 milhões de euros, na rubrica “Trabalhos para Própria Entidade”, em consequência da menor execução dos investimentos em curso.

Quanto à **comparação com o período homólogo do ano anterior**, destacamos as seguintes variações na estrutura dos resultados:

- variação favorável de +2,3 milhões de euros na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, justificado, essencialmente, pelo aumento significativo dos Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante;
- variação desfavorável, pelo agravamento em 2,2 milhões de euros na rubrica “Gastos com o Pessoal”, explicada pelo aumento do custo do plano de pensões (aproximadamente 1 milhão de euros), face à atualização do estudo atuarial, e de cerca de 1,06 milhão de euros dos gastos com a massa salarial decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

c) Consideração adicional:

As referências sobre a informação financeira da Entidade reportada a 31 de março de 2024, efetuadas nas anteriores alíneas a) e b) do ponto 6 deste relatório, têm subjacentes registos contabilísticos preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas.

Restrições na distribuição e uso

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, em 6 de dezembro de 2024

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

- 1.º TRIMESTRE DE 2024

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório do Conselho Fiscal (CF) visa dar cumprimento ao disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, no n.º 4, do artigo 97.º, do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024) e, ainda, na alínea i), do n.º 1, do artigo 44.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial - RJSPE) e reporta-se ao 1.º trimestre de 2024.

Na elaboração deste relatório foi tido em consideração o relatório da execução orçamental do referido trimestre, aprovado, pelo Conselho de Administração (CA) do ML, em 11/10/2024, e enviado em 14/10/2024 ao CF. Foram ainda considerados os esclarecimentos prestados em 22/10/2024, a pedido do CF.

Por despachos de 02/09/2024, de S.E. a Secretária de Estado da Mobilidade (SEMob) e de 3/09/2024, de S.E. o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF), foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026 do ML, “...apenas...para o ano de 2024...”.

Esta autorização decorre do Despacho n.º 399/2024-SETF, de 28/08/2024, de S.E. o SETF que, além de aprovar o relatório de análise n.º 203/2024, de 22 de julho, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), aprovou o PAO para o ano de 2024, e concedeu as seguintes autorizações¹:

- para a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024;
- para o aumento dos Gastos Operacionais em até três milhões de euros (2,2%), que, deduzindo 317 mil euros referentes aos gastos com as contratações acima assinaladas, limita o total destes gastos em 2024 ao valor de 145,9 milhões de euros.”

Em 27/03/2024, o Estado e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte de passageiros em vigor, que prorrogou o prazo de duração da concessão até 1 de julho de 2030 e alterou o clausulado, de modo a clarificar a situação dos Investimentos de Longa Duração (ILD) face ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias (definido no anexo ao Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro), a gestão dos ativos e o modelo de remuneração do ML, enquanto concessionário. O referido Aditamento foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em 15/07/2024.

¹ No mesmo despacho foi ainda determinado que “...a aprovação do PAO para 2024 não dispensa a empresa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.”



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

A fiscalização do ML encontra-se também cometida a um Revisor Oficial de Contas (ROC)², que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do ML.

Na análise efetuada, além dos documentos/instrumentos já referidos, foram também considerados o relatório do ROC, enviado ao CF em 06/12/2024, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do ML, bem como as atas das reuniões do CA do trimestre disponibilizadas (até 21 de março de 2024).

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

2.1. Atividade e Investimento

O 1.º trimestre de 2024 registou 33,2 milhões de passageiros transportados com título pago e 221,7 milhões de passageiros x Km, o que traduz, respetivamente, desvios de -10,9% (-4,1 milhões) e +11,0% (+22 milhões), nos referidos indicadores de procura, face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período. Os mesmos indicadores evidenciam, respetivamente, variações de -10,3% (-3,8 milhões) e -0,4% (-0,9 milhões), face ao período homólogo do ano anterior³.

A oferta, medida através do indicador “lugares x km”, registou um desvio negativo de 3,6% (-35,0 milhões) em relação ao previsto para o mesmo período e uma variação de -0,8% (-7,4 milhões) face ao período homólogo de 2023⁴.

O investimento (formação bruta de capital fixo) executado até ao final do 1.º trimestre de 2024 registou o montante global de 15,5M€, o que corresponde a uma taxa de execução de 42% face ao projetado para o mesmo período (36,5 M€). Realça-se que:

- (i) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha Rato/Cais do Sodré (8,9M€) registou 100% de taxa de execução (8,8M€);
- (ii) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha S. Sebastião/Alcântara (17,5M€) registou 2% de taxa de execução (0,3M€); e
- (iii) O investimento orçamentado para a modernização do sistema de sinalização e do material circulante, linhas A, B e C, (4,7M€) registou 81% de taxa de execução (3,8M€).

² João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC João Amaro Santos Cipriano.

³ Impacta nas referidas variações, o facto dos passes 4_18 e sub_23, serem, no período homólogo, títulos pagos, e a partir de 1/1/2024 terem passado a ser títulos gratuitos (Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro).

⁴ A variação negativa é fundamentada pela empresa por interrupções na circulação de comboios causada por fatores não controláveis, nomeadamente falha de energia na linha verde e avaria de um comboio.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

2.2. Desempenho económico e financeiro

Não obstante se verifique que as contas relativas aos exercícios de 2022 e 2023 ainda não estão aprovadas pelo “acionista” e que as demonstrações financeiras que integram o documento em apreciação se encontrem sujeitas aos trabalhos de revisão legal das contas da Sociedade⁵, da análise efetuada ao Relatório de execução do 1.º trimestre 2024, o CF destaca o seguinte:

- O prejuízo de 5,6M€, registado no final do período, representa um desvio desfavorável de 1,9 M€ face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 3,8M€), em consequência da baixa execução de trabalhos para a própria empresa (que haviam sido orçamentados em 1,6M€ para o período).

O prejuízo registado representa uma variação desfavorável face ao que foi verificado no período homólogo de 2023 (prejuízo de 4,9M€), decorrente da combinação de um conjunto de fatores, destacando-se a variação desfavorável dos gastos com pessoal, em cerca de 2,2M€, decorrente do aumento do custo do plano de pensões (+1,0M€) face à atualização do estudo atuarial e do impacto da valorização salarial (+1,1M€), decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

- O rédito, constituído por receitas tarifárias⁶ de 20,9M€, compensações financeiras⁷ de 0,8M€, “pagamentos por conta”⁸ de 8,9M€ e receitas não tarifárias⁹ de 1,7M€, que globalmente ascende a 32,3M€, traduz um desvio desfavorável de 0,7% (-0,2M€) face ao orçamentado para o mesmo período e um aumento de 7,8% (+2,3M€) face ao período homólogo, este último influenciado pelo aumento dos “pagamentos por conta” em +9,7M€ face ao 1.º trimestre de 2023.

Sobre os “pagamentos por conta” (repartição tarifária dos passes Navegante), sublinha-se que esta receita havia sido orçamentada (para o período) em 1,2M€ e a respetiva execução ascendeu a 8,9M€, em virtude de o orçamento para 2024 considerar o anterior modelo de repartição das receitas, denominado por PART¹⁰.

- O capital próprio registado a 31 de março, de 1.942M€, representa um desvio desfavorável de 35,5M€ (-1,8%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, o qual decorre, essencialmente, dos

⁵ Nos termos do artigo 45.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) e do artigo 451.º do CSC

⁶ Venda de bilhetes e passes.

⁷ Passes sociais (4_18, Sub23 e Social+), gratuitos Lisboa e antigos combatentes.

⁸ Com a entrada em vigor em 01/01/2024 do Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27/12, que procede à 6.ª alteração do Regulamento n.º 278-A/2019, de 27/3, foram implementadas novas Regras Gerais no Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa, e aprovada uma nova metodologia de repartição pelos operadores das receitas geradas pela venda dos passes Navegante, incluindo a sua autonomização relativamente às receitas provenientes da venda de outros passes e títulos ocasionais. De acordo com este Regulamento, a receita dos passes Navegante fica associada à venda conseguida por cada operador, passando a estar dependente do comportamento da procura.

⁹ Venda e personalização de cartões, espaços comerciais, aluguer de espaços e subconcessões.

¹⁰ Programa de Apoio à Redução Tarifária aprovado através do Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

desvios na execução das dotações de capital (-14,8M€)¹¹ e das “Outras variações no capital próprio” (-18,9M€), este último relacionado com o reconhecimento dos subsídios aos investimentos.

O Capital Próprio regista uma diminuição de 5,7M€ (-0,3%), face a 31 de dezembro de 2023, por via do impacto do prejuízo registado no período em análise.

- O Ativo alcançado a 31 de março, de 5.918M€, representa um desvio desfavorável de 25,4M€ (-0,4%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, em resultado, essencialmente, do desvio desfavorável da rubrica “investimentos de ILD” (-24,0M€), resultante da realização de investimentos de ILD (projetos em curso) abaixo do orçamentado para o período.

O aumento do Ativo em 14,5M€ (+0,2%), face a 31 de dezembro de 2023, decorre, essencialmente, do acréscimo da rubrica investimentos em ILD (+24,5M€), realçando-se, deste acréscimo (ILD): (i) +11,8M€ de investimentos em curso, e (ii) +13,6€ de encargos financeiros e da variação do *mark-to-market* dos contratos *swap*.

- O Passivo de 3.976M€ registado no final do período representa um desvio desfavorável de 10,0M€ (+0,3%) face ao orçamentado e aprovado, decorrente, sobretudo, do desvio de +11,5M€ (+10,3%) do saldo de outras dívidas a pagar¹².

O aumento do Passivo em 20,1M€ (+0,5%), face a 31 de dezembro de 2023, resulta, essencialmente, do aumento da rubrica de passivo (corrente e não corrente) ILD (+7,4M€) e do aumento das outras dívidas a pagar (+11,5M€).

3. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS

Atenta a informação constante do ponto 3. do relatório de execução do 1.º trimestre de 2024, as obrigações legais aplicáveis, o despacho que aprovou o PAO 2024 e as orientações transmitidas aquando da elaboração do PAO para 2024 (vd. Ponto 1.), salientam-se os seguintes aspetos:

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Extensão até 30/09/2024 do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023/2025. (Despacho aprovação PAO e n.ºs 1, 2 e 3, do artigo 132.º, do DLEO para 2024)	No âmbito da aprovação do PAO 2024 foi autorizado um total de 1.628 efetivos ¹³ (sem considerar os órgãos sociais) para 2024. Em 31/03/2024, o total de efetivos ascendia a 1.575, correspondendo ao projetado para o período. No período em análise, foi dado cumprimento a este requisito.

¹¹ Não se concretizaram as dotações de capital orçamentadas e aprovadas para o período.

¹² Correspondendo 7,6M€ a dívidas a fornecedores de investimentos não consideradas na estimativa.

¹³ De acordo com o teor do despacho n.º 399/2024-SETF, de 28 de agosto, foi autorizada a contratação de +53 trabalhadores, até 30 de setembro de 2024. Assim, o número de efetivos projetado para 31/12/2024 (excluindo órgãos sociais) corresponde a 1.628 (1.656 da proposta do ML, deduzido das 28 novas contratações não autorizadas).



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Autorizações /Orientações	Observações do CF
<p>Aumento dos Gastos Operacionais até ao limite de 145,9 M€, face a 2023.</p> <p>(Despacho aprovação PAO)</p>	<p>Em 31/03/2024, os gastos operacionais¹⁴ totalizaram 34,2 M€, representando um desvio nulo face ao valor projetado e aprovado para o período e um acréscimo de 2,3M€ face ao período homólogo, pelo aumento dos gastos com o pessoal, conforme atrás exposto.</p> <p>No período em análise, foi dado cumprimento a este requisito.</p>
<p>Eficiência Operacional – Rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios, igual ou inferior ao verificado em 2023.</p> <p>(artigo 37.º LOE para 2024 e n.º 1 do artigo 134.º do DLEO de 2024)</p>	<p>Em 31/03/2024, o peso dos gastos operacionais (GO)¹⁵ sobre o volume de negócios (VN)¹⁶ ascendeu a 106%, o que representa a manutenção da eficiência operacional face a período homólogo e um desvio desfavorável de 0,007 p.p. face ao orçamentado e aprovado para o período (105%).</p> <p>No período em análise, não foi dado cumprimento a este requisito.</p>
<p>Programa Pagar a Tempo e Horas - Prazo médio de pagamentos</p> <p>(Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009, publicado em 13 de abril)</p>	<p>Em 31/03/2024, o PMP era de 20 dias (menos 25 dias do que o previsto no PAO e menos um dia do que o registado no final do 1.º trimestre de 2023).</p> <p>O ML dá cumprimento a este requisito.</p>
<p>Compromissos e Pagamentos em Atraso</p> <p>(Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho)</p>	<p>Até ao final do 1.º trimestre, o ML tinha fundos disponíveis de 223,4 M€, assumiu compromissos de 112,5 M€ e efetuou pagamentos de 53,2 M€. Em consequência, os fundos disponíveis registam uma variação positiva de 110,9 M€ e os compromissos assumidos e por pagar ascendem a 59,3 M€.</p> <p>Assim, o ML não consta da <i>“Lista das entidades da Administração Central, que se encontram em incumprimento nos termos dos n.ºs 5 e 6 do art.º 7.º do DL 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo DL 99/2015, de 2 de junho”</i>.</p> <p>Em 31/03/2024, a empresa não dispunha de pagamentos em atraso, pelo que se perspetiva o cumprimento desta obrigação legal.</p>
<p>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)</p> <p>(Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, art.º 28.º do RJSPE, art.º 105.º LOE)</p>	<p>Em 31/03/2024, o ML dispunha de 98,5% das suas disponibilidades no Tesouro (168,9 M€).</p> <p>O remanescente (2,5 M€), depositado junto da banca comercial, encontra-se dispensado de cumprimento da UTE por decisão favorável de 26/11/2024 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.</p>

¹⁴ Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal (GcP).

¹⁵ Os gastos operacionais correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal.

¹⁶ O volume de negócios integra as receitas tarifárias, compensações financeiras, pagamentos por conta e receitas não tarifárias.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Autorizações /Orientações	Observações do CF
para 2024 e art.º 91.º do DLEO de 2024 - aguarda Despacho do IGCP)	
Endividamento – Crescimento global limitado a 2 %, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos (artigo 38.º da LOE para 2024 e artigo 135.º do DLEO 2024)	O ML registou uma variação nula do endividamento, por aplicação da fórmula de cálculo prevista no DLEO para 2024. Até 31/03/2024 não ocorreram alterações no passivo remunerado e no capital social, face a 31/12/2023, e não se registaram novos investimentos com expressão material.

4. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os contratos celebrados entre 1/01/2024 e 31/03/2024 e publicados, [no Portal Base dos Contratos Públicos](#) (pesquisa efetuada em 29/11/2024), totalizaram 36 procedimentos contratuais, num preço contratual global de 12,5 M€. O tipo de procedimento mais expressivo é o concurso público (6,5 M€; 51,9% do total), seguido do ajuste direto de regime geral (4,2 M€; 33,8 % do total) e dos setores especiais (1 M€; 8,2% do total).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que:

- O tipo de CPV mais relevante são os serviços de limpeza, abrangendo apenas um [contrato n.º 10/2024](#), por ajuste direto (3,6 M€), com invocação de critério material (urgência);
- Dos 14 procedimentos por ajuste direto e consulta prévia, todos foram objeto de publicação, no Portal Base, antes do final do prazo de execução dos contratos¹⁷, em aparente consonância com a regra estabelecida no n.º 3, do art.º 127.º, do Código dos Contratos Públicos, na redação atual¹⁸.

No mesmo período, foram publicados, na 2.ª Série do Diário da República, anúncios referentes a 14 concursos públicos, cujo preço base total ascendeu a 602,7 M€, com destaque para os anúncios n.ºs [5713/2024](#), da “Empreitada de Conceção e Construção, Aquisição de Veículos e Serviços de Manutenção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.”, cujo preço base é de 450 M€ e [5308/2024](#) (prorrogação de prazo de concurso lançado em novembro) referente à “Aquisição de Material Circulante para a Rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (24 Unidades de Tração, com opção de mais 12) - Proc. n.º 125/2023 - DLO/ML”, com um preço base de 138 M€. Ambos os procedimentos foram publicitados no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

¹⁷ Diferença entre a data da celebração do contrato (acrescida do prazo de execução) e a data da publicação no Portal Base.

¹⁸ Este preceito dispõe que: “...a publicação referida no n.º 1 é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos”. Por seu turno, o n.º 1 do mesmo preceito estabelece que “a celebração de quaisquer contratos na sequência de consulta prévia ou ajuste direto deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal dos contratos públicos...”.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Quanto ao último procedimento (aquisição de carruagens), a decisão de adjudicação, pelo valor de adjudicação de 134 M€, foi publicada em [7/11/2024](#) no JOUE, aguardando-se o visto prévio do Tribunal de Contas, após a celebração do contrato de empreitada em [22/10/2024](#).

5. RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO ML

Como já referido, o CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 1.º trimestre 2024, que se considera aqui como reproduzido, no qual este identifica os desvios que considera relevantes nos resultados e na situação patrimonial do ML face ao orçamentado, bem como as variações mais significativas (resultados) em relação ao período homólogo.

Não foram efetuadas recomendações ao ML, existindo uma consideração adicional sobre o facto de os registos contabilísticos terem sido “...preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas”.

6. CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5, do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução do ML no período que terminou em 31/03/2024.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 1.º trimestre de 2024 reflete a atividade e o desempenho do ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 31/03/2024 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, em 16 dezembro de 2024.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva